

ESPELHO RETROVISOR

Considerações Sobre a Transição Brasileira

Roberto Reis
University of Minnesota

A preocupação regionalista sem dúvida se vincula a uma tendência predominante nas letras brasileiras, qual seja a de estarem regidas pelo primário da observação, de se inclinarem por uma mimesis de corte realista. Tais postulados, por sua vez, obedecem a outro princípio norteador de toda nossa cultura, que é a questão do nacionalismo. É sabido que o sertanismo do século XIX surge na ficção num momento em que o Brasil, recém-independente, numa emancipação provocada pelas elites senhoriais, necessita forjar um passado mítico, lendário e heróico, a fim de legitimar a dominação das camadas ligadas à grande propriedade latifundiária. Enfocando desde este ângulo, tanto o sertanismo quanto o indianismo que lhe é afim começam a receber o seu justo contorno ideológico. Tratava-se de descobrir literariamente o Brasil, tomando de empréstimo as sugestões dos viajantes estrangeiros que nos haviam visitado, grande parte deles naturalistas (cf. Süssekind), o que confere a nosso primeiro romantismo o caráter de uma mimesis de segundo grau, não raro pretensamente "científica", espécie de representação de uma representação.

As gerações românticas se voltam para o país com um olhar europeu, que distorcia o que transcreviam em sua literatura e submetia a matéria ficcional aos desígnios ideológicos dos grandes proprietários rurais, dos quais os escritores foram, o mais das vezes, porta-vozes. Nunca é demais assinalar que o romantismo, assim como o liberalismo que lhe é correlato, assume entre nós o perfil de um ideário "fora do lugar" (cf. Schwartz), ainda que a sua aclimatação ao solo tropical acabasse por requisitar a ambos para solidificar o Estado monárquico e afinar a jovem nação com os interesses dos segmentos agrário-exportadores.

Parece-me importante reter que continuávamos, para recorrer a uma idéia de Silvano Santiago (Santiago, "A semente), expressa em outro contexto, a assediado o Brasil com um discurso metafórico. E, no caso, três vezes metafórico: se tivermos em mente que a linguagem já é uma simbolização, esta seria a primeira metáfora; por seu turno, os relatos dos visitantes seriam a segunda metaforização e o discurso dos românticos, sobre estes calcado, seria, portanto, a terceira. Quer dizer, incidia-se no mesmo tipo de miopia que levará mais tarde o Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, tão versado livrescamente nas prodigalidades da terra, a sequer cogitar que as formigas poderão devastar a sua lavoura.

Para aclarar minha proposta, ainda que de forma extremamente breve, devo incursionar por um período que reputo capital para se questionar a história brasileira: refiro-me ao lapso de tempo compreendido, aproximadamente, entre 1850, data da segunda, e mais eficaz, lei que proíbe o tráfico negreiro, conhecida como Eusébio de Queirós; e 1950, ocasião em que, implantada uma indústria automobilística, estamos numa fase desenvolvimentista, de substituição de incorporações, em larga medida responsável pela efetiva, ainda que contraditória e desigual, modernização do Brasil.

Este período assinala uma crucial fase de transição da sociedade brasileira, em que uma economia de base agrícola será paulatinamente substituída por uma produção assentada na indústria. Concomitantemente, dá-se a consolidação do sudeste como centro nervoso do país (processo iniciado desde o século XVIII), as classes médias desempenharão um papel político cada vez mais relevante, e surge um incipiente proletariado urbano, que precipitará em meados da década de 30 as medidas populistas a serem tomadas durante o Governo Vargas com relação às esferas trabalhistas e sindical. Em outras palavras, devido a um reajuste do capitalismo na frente internacional - quando se ingressa numa etapa de expansão dos mercados consumidores a nível mundial -, o Brasil é como que forçado a modernizar-se: há pressões internas, na medida em que os capitais acumulados com a extinção da escravidão e com o êxito dos cafeicultores do oeste paulista, aplicados na industrialização, pouco a pouco engendram uma burguesia urbana que, embora tenha sua origem, basicamente, nas oligarquias rurais, passa agora a pleitear o seu lugar no fechado bloco de poder. Há pressões externas, uma vez que um gigante adormecido e arcaico dificilmente poderia se adequar à nova conjuntura econômica internacional que ia sendo moldada a partir dos países centrais. O Brasil é, nas primeiras décadas deste século, uma nação ainda atrelada à sua herança colonial, periférica, onde o capitalismo é uma manifestação tardia, a ponto de muitos historiadores assegurarem que o século XIX no Brasil só terminou em 1930.

Outros estudiosos, como Florestan Fernandes e Raymundo Faoro, têm insistido em mostrar como a burguesia foi implantada no Brasil de forma autocrática, sem que tivessem sido superadas as estruturas tradicionais do sistema estamen-

tal. O resultado último é a coexistência da ordem contratual do capitalismo com a ordem solidária que preponderara desde o período colonial, fazendo com que o sistema competitivo estimulado pelo capital fique a uma parcela da população, que está integrada ao mercado econômico, mas que convive com outra, majoritária, ainda atrelada ao padrão estamental e oligárquico (Ventura 153).

No nordeste, fenômenos de protesto social como o messianismo e o cangaço sublinham o declínio de uma velha ordem patriarcal e de mandonismo local, cuja debilitação não enseja, de imediato, a configuração de um novo estado de coisas que possa tomar o lugar daquele mundo que ruía. O coronelismo seria igualmente um sintoma desta fase de, por assim dizer, vazio histórico, decorrente da superposição da esfera privada sobre a ordem pública. E significa, ao mesmo tempo, o enfraquecimento das oligarquias nordestinas e sua permanência no poder, uma vez que elas se farão representar, mediante o Pacto de 30, na nova composição que assumirá a hegemonia política nos anos subseqüentes.

A chamada Revolução de 1930, longe de implicar em uma ruptura, consistiria antes num episódio que demarcaria toda esta transição. Desencadeada principalmente por oligarquias dissidentes e insatisfeitas com a política "café com leite" que pontilha a República Velha, incorporando segmentos como os tenentes e as camadas urbanas, 1930 alcançará seu pleno sentido com o Estado Novo, em 37. Isto porque se tratava de ajustar o país à nova ordem econômica sem provocar grandes comoções na estratificação social e sem reordenar drasticamente a ordem política. Daí a necessidade de se recorrer à solução autoritária, posta em prática com a ditadura, mantendo tudo mais ou menos da mesma forma mas inserindo o país num contexto mais moderno, na condição de fornecedor de matérias-primas, em fase de substituição de

importações e de montagem de um parque industrial, abrindo as portas para o investimento estrangeiro. Tudo isso temperado com o discurso nacionalista, que atravessa desde a campanha do "petróleo é nosso" até os programas da Rádio Nacional.

Devemos nos lembrar de que foi notória e expressiva a participação de largos setores da inteligência modernista neste projeto autoritário e populista. Vários intelectuais colaboraram diretamente com o Estado Novo, em distintos graus de cooperação, trabalhando na área cultural, traçando os rumos da política do governo para o setor e contribuindo para a propaganda do regime.

Do ponto de vista biográfico, muitos letrados dos anos 30 eram oriundos de famílias patriarcais decadentes que migraram para a capital, tendo experimentado um processo de desqualificação social. Com a ruína de suas famílias, lançam mão de bens simbólicos, os únicos então a seu alcance, encontrando no ofício de escritor uma forma de recuperar, no espaço da representação literária, o prestígio social de que desfrutaram no passado, quando a ordem senhorial e patriarcal gozava de plena pujança. E, em sua obra, com uma incidência digna de nota, contarão sempre esta mesmíssima história: a do declínio daquelas grandes famílias, empreendendo uma leitura do processo de transição mencionando numa atmosfera impregnada de impotência e de um indisfarçável saudosismo. Proustianos, partem em busca do passado, que nostalgicamente evocam em seus livros, como se olhassem para um "espelho retrovisor", para evocar uma feliz metáfora de Silviano Santiago ("Vale quanto pesa" 28): o que está diante é aquele país que marcha célere para o progresso, mas a imagem que se reflete no espelho é aquela que foi deixada para trás. Como ainda estão participando do jogo do poder, embora enfraquecido e sem deterem as rédeas que comandam os destinos nacionais, este olhar que lançam com tristeza aos bons tempos dos coronéis e

das casas-grandes é uma forma de reviver e restaurar as origens e de justificar, porque descendentes desta boa cepa, a sua dominação atual.

Em alguns casos, como no Jorge Amado da primeira fase, se projeta um futuro de uma sociedade sem classes. Em ambas as instâncias, passadismo ou teleológica do porvir, o que parece ausente da ficção daquele decênio (ou mesmo àquela a ele relacionada) é o presente, com a gama de contradições que permeia a modernização da sociedade brasileira. É como se esta literatura, reincidindo no que parece ser uma marca da produção cultural das elites letradas brasileiras, fosse avessa ao conflito e ao assédio da História enquanto um problema.

O sertão e outras regiões, subjacentes à grande parte da literatura produzida nesta época, estão portanto sendo manipulados ideologicamente e por uma ideologia de cunho nacionalista, a serviço dos interesses do Estado centralizado e forte que se consolida em 37 e daquelas frações de classe que o apoiam. Falar do sertão é falar do autenticamente brasileiro; trazer para a ficção o subdesenvolvimento do nordeste é revelar um "retrato do Brasil", atrasado agora, mas que tinha sido tão viçoso na época dos homens de pulso forte que gerenciavam os engenhos com vigor, submetendo as negras e botando os cabras para trabalhar, de sol a sol (homens de quem, em geral, descende a maioria dos que os evocam nos livros que versam sobre estes temas); é discorrer numa clave ainda realista, regida pelo mesmo primado da observação que apontávamos nos românticos, numa mimesis que nos diz mais do imaginário desta intelectualidade do que da matéria que se propõem a representar. O mesmo acontecia, vale o registro, com os textos indianistas de nosso oitocentos, que mais revelam sobre os valores sociais daqueles que os escreviam do que sobre os silvícolas que intentavam apreender.

Cabe enfatizar que, em ambos os casos, o intelectual se apresenta como um guia, como aquele que se sente responsável pelos destinos da nação. Atitude que, diga-se de passagem, atravessa sucessivos momentos de nossa história intelectual, como que peculiarizando um substrato comum da intervenção cultural da elite brasileira. No que tange ao decênio de 30, este atribuir-se tal missão ocorre tanto nos modernistas como nos ideólogos do Estado Novo, reaparecendo mais tarde nos isebianos e, nos anos 60, nos que se vincularam aos CPCs, bem como em alguns cinemanovistas e compositores populares de música de "protesto".

Convém indagar, a título de rápida exemplificação, dois ou três romances, de alguma forma ligados à década de 30 - e tomo a expressão como um marco discursivo e não como uma cronologia -, para verificar em que medida o horizonte traçado, e de modo bastante sumário, comparece em suas páginas.

Em Fogo morto (1943), considerado por muitos a obra-prima de José Lins do Rego, temos personagens que representam distintos setores da sociedade nordestina: o Mestre Zé Amaro simbolizaria um pequeno produtor; Lula de Holanda, originário do espaço urbano, o coronel decadente, inadaptado ao mundo do engenho; Vitorino, o político quixotesco, que enfrenta a injustiça com um palavrório indignado mas totalmente contraprodutivo. Nos bastidores do romance, como uma presença menos perceptível na narrativa, José Paulino é o "bom" coronel, justo e bem sucedido, cuja propriedade vai de vento em popa. E, num outro extremo, o cangaceiro Antônio Silvino, cuja violência não extrapola a gratuidade e não consegue se formular de uma maneira politicamente conseqüente. O romance, via de regra tido pela crítica como portador de um libelo social, questiona mais o "mau" coronel, encarnado pelo

inábil Lula, do que o coronelismo como estrutura de poder. Como resultado, todos os personagens estão, eles também, de "fogo morto": são impotentes para agir sobre a realidade em que vivem. Fogo morto nos coloca diante de um mundo estagnado, tomado pela apatia, sem que se produzam agentes históricos que sejam capazes de intervir sobre o real para transformá-lo.

Em Gabriela, cravo e canela (publicado em 1958, mas que focaliza ainda o mandonismo dos coronéis), de Jorge Amado, desfila diante de nossos olhos um mundo em que se desenrola alguma mudança, desencadeada pelo empreendedor Mundinho Falcão, introduzindo o progresso numa Ilhéus que vai escapando do mando do Coronel Ramiro Bastos. Mundinho conta com o apoio a nível federal e, no fim do romance, os herdeiros do velho Bastos, numa ilustração literária do Pacto de 30, serão forçados a fazer uma aliança com o arrivista Falcão. O livro chama a atenção para o personagem de Gabriela, mas o seu sentido, para ser melhor equacionado, tem que deslizar sobre o trecho que narra as disputas pelo controle político da cidade. Gabriela, quando se torna senhora da sociedade, vestida em roupas de dama e calçando sapatos apertados, perde a sua espontaneidade e alegria de viver. Só as recupera quando volta a ser amante e cozinheira de pratos apimentados, anulando seu casamento com Nacib. O seu lugar é o quartinho dos fundos.

O que se verifica é que, enquanto Fogo morto nos mostra um quadro paralisado, Gabriela trata de um que está em vias de se transformar. Entretanto, embora se implante algum progresso em Ilhéus, a verdade é que os coronéis não deixarão de todo o poder e é lícito supor que dificilmente Mundinho Falcão venha a ser um político distante daqueles que no passado haviam reinado na cidade. Nos dois romances as eventuais transformações não alteram de modo substancial o jogo de

forças social, atingindo primordialmente as frações de classe dominantes. Como é corriqueiro na política brasileira, há um remanejamento na composição do poder.

Mas para os personagens que representam as camadas populares as opções são limitadas, se é que existem: Zé Amaro se acaba, depois de ser um lobisomem; Gabriela recupera sua alegria, feliz na condição de mulher de cor, boa de cama e mesa, oprimida e objeto do prazer sexual dos homens. Tal como se dera na transição antes aludida - processo que estas narrativas parecem, à sua maneira, interpretar - também no universo plasmado nos textos as mudanças se restringem, fundamentalmente, aos estratos superiores da pirâmide social. Não se trataria, com a anotação, de resvalar para um anacrônico e despropositado populismo. Ao ressaltar que personagens como Zé Amaro e Gabriela não têm muita escolha, que de uma forma ou de outra lhes é vedada a circulação no tecido social, o que procuro destacar é como o sertão/o regionalismo - e todo o caleidoscópio social, econômico, político e humano que comportam - receberam um tratamento ideológico. O discurso sobre o Brasil e o tom nacionalista e verde-amarelo de que se reveste esta produção literária no fundo mascaram o quanto esta mesma produção está a serviço dos interesses das minorias letradas que se aconchegam ao poder nos anos 30 e mesmo depois. Vale dizer: a ficção acaba se convertendo numa arma ideológica, reafirmando as rígidas divisões e hierarquias numa sociedade de classes em processo de consolidação.

Um romance como São Bernardo (1934), de Graciliano Ramos, narra com propriedade a contradição vivida pela transição brasileira: Paulo Honório nem é o grande fazendeiro capitalista, nem consegue deixar de ser o patriarca que trata seus empregados como se fossem bichos e que reifica todas as suas relações com as pessoas, inclusive com sua mulher, Madalena. Pois ele está a meio caminho entre uma ordem

tradicional, que já perdeu o seu sentido histórico, e uma ordem francamente capitalista, que ainda não se sedimentou por completo. No momento em que aquele passado patriarcal desaparecer historicamente, a ficção vai recuperá-lo recorrendo ao mítico, como se passa na produção de um Autran Dourado, de um Adonias Filho e, de certa forma, em Guimarães Rosa. Infelizmente, não dispomos de muitos estudos de inspiração social do universo rosiano, já que têm sido privilegiadas, em suas exegeses, outras não menos legítimas peculiaridades de sua obra, como a ultrapassagem do regionalismo documental, a ênfase na dimensão poética e o acenar para o universal que pontua seu legado textual. Seja como for, indubitavelmente, um romance como Grande Sertão reconstrói, no longo monólogo de Riobaldo, agora acomodado no range-rede, a saga de uma jagunçagem que já não existe mais, a não ser nos limites do romanesco.

Nos anos 60, o sertão será convertido em locus privilegiado pelo Cinema Novo, em sua primeira fase, numa ocasião em que a produção cultural de esquerda, de novo defraldando a bandeira nacionalista, procurava mobilizar as platéias para a causa da revolução. Um filme como "Deus e o Diabo na terra do sol" (1964), de Glauber Rocha, usando uma estrutura calcada na poesia popular de cordel e adotando um acento marcadamente alegórico, vai mostrar ao vaqueiro Manuel que tanto a opção do boato quanto a do cangaceiro são alienantes. O papel de Antônio das Mortes, de acordo com o próprio diretor, é colocar Manuel frente a uma solução digamos revolucionária, pois a terra é do homem, não é de deus nem do diabo, refrão entoado pelo contador ao final e que condensa a moral da história. No entanto, na cena derradeira de corrida rumo à utopia (não rumo à História, cabe frisar) do sertão que vira mar, Manuel cai e quem alcança o mar é a câmara, isto é - poderíamos entender assim e o próprio Rocha aventa esta hipótese (Rocha 127), o intelectual que nos apresenta a fábula

do filme. Ou seja; tampouco se consegue engendrar um agente histórico que possa ser capaz de fazer da utopia uma realidade.

É evidente que não se trata, com a observação, de imolar o filme; ao invés, interessa pôr em relevo como existe uma reincidência na postura do intelectual como aquele que aponta o caminho em direção a um telos que deverá ser o ponto de chegada de todo o país e de todo o povo brasileiro, numa atitude que me parece ser necessário desmitificar. É mais: quero insistir em como a produção cultural que emana das elites pensantes brasileiras tem dificuldades em delinear sujeitos históricos capazes de acionarem transformações sociais. Não raro se escorrega para um discurso que simpatiza com o outro (das camadas menos favorecidas, seja ele índio, negro, sertanejo, operário, camponês, mulher), e quase sempre fala por ele, num diapasão paternalista - mas, no fundo, como aconteceu com Gabriela, o que está em jogo é manter o outro "no seu lugar", na sua posição de inferioridade social.

Concluindo, eu repisaria que tanto o sertão quanto outras regiões interioranas do Brasil foram objeto de manipulações ideológicas e estiveram embebidas em discursos nacionalistas que hoje colocamos sob suspeita. Para problematizar esta formulação ideológica deveríamos considerar o estatuto de classe dos que protagonizam o nosso sistema intelectual, sem deixar de ter em mente o próprio caráter elitista e autoritário de significativa parcela da produção cultural brasileira. Ao dimensionar o regionalismo na sua chave social e histórica, talvez estejamos em melhores condições de implodir os espelhos retrovisores e é possível que esta tática nos conduza a um embate com o presente, com os conflitos e com a diferença. Porque, como escreve Lúcia Lippi de Oliveira, o nacionalismo é uma categoria que privilegia uma totalidade e, conseqüente-

mente, não enfatiza as diferenças internas, nem trabalha com aquilo que distingue os homens no espaço social" (Oliveira 12).

É preciso, em suma, que a História seja entendida não como um eterno retorno ou como uma teleologia prometida, mas como um problema, em que as práticas sociais que a constituem, nelas incluídas as representações discursivas, sejam submetidas a um repensar constante.

BIBLIOGRAFIA CITADA

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROCHA, Glauber. Deus e o diabo na terra do sol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SANTIAGO, Silviano. "Vale quanto pesa". Vale quanto pesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962. 25-40.

_____. "A semente ou a impossibilidade de se escrever a origem". Mimeografado, s/indicação.

SCHWARTZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. Estilo tropical. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.